

## Quase 30% da população recebia menos de R\$ 500 em 2021, diz FGV

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em 2021, cerca de 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o começo da série histórica, iniciada em 2012. O número representa aumento de 9,6 milhões em relação a 2019. Os dados foram apresentados no Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social). Em entrevista à Agência Brasil, o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comentou que o cenário foi impactado por crise em cima de crise, uma delas causada pela pandemia, que veio de fora do país, o que ocorreu também no período do choque do petróleo em 1982. Neri também destacou que, na pandemia, o nível da ocupação no mercado de trabalho sofreu grande impacto e caiu muito representando um choque nunca visto antes nas séries. O professor comentou que o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação. Neri vê melhora no nível de emprego: “A ocupação já voltou, a gente tem tido boas notícias de desemprego em queda, emprego formal em alta, já recuperando todas as perdas da pandemia. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e informais”. Mas teme que esses ganhos sejam minimizados pela inflação: “É verdade que teve uma recuperação de ocupação, desemprego já estava cedendo e continua cedendo em 22, só que a inflação alta acaba corroendo a renda das pessoas no mercado de trabalho”, disse. Entre no canal do Brasil Econômico no Telegram e fique por dentro de todas as notícias do dia. Siga também o perfil geral do Portal iG O professor falou também sobre o papel do auxílio emergencial durante a crise. Segundo ele, o pagamento do auxílio, que em nove meses foi equivalente a nove anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, mas com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele cita também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. “Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos”, concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou. O estudo também analisou a sua composição geográfica da pobreza para identificar os seus estoques e fluxos no território brasileiro. Santa Catarina foi a unidade da federação com a menor taxa de pobreza em 2021 (10,16%). Já a maior proporção de pobres estava no Maranhão (57,90%). Entre os 146 estratos espaciais segmentados na pesquisa, o litoral e a Baixada Maranhense foram os de maior pobreza em 2021 (72,59%). Em movimento contrário, o menor foi o município de Florianópolis (5,7%). Na avaliação por unidade da federação, entre 2019 e 2021, o maior avanço da pobreza se deu em Pernambuco (8,14 ponto percentual), seguido de Rondônia (6,31 ponto percentual) e do Espírito Santo (5,92 ponto percentual). Conforme o estudo, as únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (0,95 ponto percentual) e Piauí (0,03 ponto percentual). O foco do estudo é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Anual, disponibilizados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) COMENTE ABAIXO: Aneel leiloa 13 lotes de transmissão de energia A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou hoje (30) um leilão para a construção, operação e manutenção de 5.425 quilômetros de linhas de transmissão e de 6.180 mega-volt-ampères (MVA) em capacidade de transformação de subestações. O leilão foi dividido em 13 lotes, com investimentos previstos da ordem de R\$ 15,3 bilhões e geração de 31.697 empregos diretos em 13 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia. As instalações de transmissão fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. As empresas vencedoras do leilão terão de concluir as obras entre 42 a 60 meses, contados da assinatura dos contratos. Já o prazo de concessão das linhas será de 30 anos. O valor global da Receita Anual Permitida de referência (RAP máxima) a ser paga aos empreendedores é de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões. A diretora-geral substituta da Aneel, Camila Bonfim, disse que o sucesso do leilão foi possível porque há um ambiente seguro e atrativo para investimentos no setor elétrico, construído ao longo de anos com governança bem estruturada, segurança jurídica, estabilidade e previsibilidade regulatória. “Trabalhamos com regulamentos que incentivam a competição e a inovação para assegurar serviço de qualidade e tarifa justa. Vamos continuar com esse propósito que tem resultado no sucesso de leilões de transmissão”, garantiu. O secretário adjunto do Ministério de Minas e Energia, José Roberto Bueno Júnior, afirmou que as obras concedidas hoje contribuirão de maneira relevante com a continuidade da operação confiável do Sistema Interligado Nacional, promovendo suprimento adequado aos consumidores de energia do país sempre em linha com a busca pela modicidade tarifária na indicação de novas soluções de expansão. “As expansões leiloadas hoje são relevantes porque proporcionarão também a abertura da margem de conexão para empreendimentos de geração renovável no estado de Minas Gerais, cujo potencial para energia fotovoltaica se mostrou viável e com aproveitamento benéfico para o sistema elétrico brasileiro”, destacou. Veja o que foi arrematado: O vencedor do Lote 1, que tem extensão de 1.269 km e potência de 1.350 MVA, abrangendo cidades nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com a finalidade de expandir a capacidade de transmissão da Região Norte de Minas Gerais, foi o Consórcio Verde, pelo valor de R\$ 283,3 milhões, com deságio de 47,34% sobre a RAP de R\$ 538.002.334,19. O vencedor do Lote 2 foi a NeoEnergia. Neste lote, a extensão é de 1.707 km, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com a finalidade de expansão da capacidade de transmissão da região Norte de Minas Gerais. O valor oferecido foi de R\$ 360 milhões, o que representa um deságio de 50,33% sobre o valor de referência de R\$ 724.733,986,08. O Lote 3 foi arrematado por R\$ 285,7 milhões, com deságio de 46,7% sobre o RAP de R\$ 536.601.473,45, pelo CTEEP. A extensão desse lote é de 1.139 km, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a finalidade de expansão da capacidade de transmissão da região Norte de Minas Gerais. O Lote 4, que tem extensão de 217 km, no estado do Amapá, tem o objetivo de dar uma solução estrutural para aumento da confiabilidade do atendimento a Macapá, foi arrematado por R\$ 38,893 milhões pela Zopone Engenharia e Comércio LTDA. O deságio com relação ao RAP (R\$ 40.940.124,37) chegou a 5%. Com extensão de 113 km, o Lote 5, que abrange os estados da Bahia e Sergipe, foi arrematado pelo consórcio Sterlite Brazil Participações por R\$ 22 milhões, com deságio de 26,52% em relação ao valor de referência de R\$ 29.941.042,18. A finalidade deste lote é a de aumentar a capacidade de transmissão e atendimento às cargas no estado do Sergipe. O Lote 6, com potência de 600 MVA, no município de Guarulhos, em São Paulo, foi vendido por R\$ 13,4 milhões para a CTEEP, com deságio de 59,21% em relação ao valor de referência de R\$ 32.932.281,21. O Lote 7, que deve atender ao crescimento de carga na região Sudeste do Pará, com potência de 450 MVA, foi arrematado pelo Consórcio Engie Brasil Transmissão, por R\$ 6.484.596,00, o que representa um deságio de 59,9% com relação à RAP de R\$ 16.171.062,27 O Lote 8, com extensão de 11 km, em Rondônia, e finalidade de integrar o Humaitá ao SIN, dando aumento da capacidade de atendimento à região de Porto Velho, ficou com a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil que pagou R\$ 12.252.258,58. O deságio foi de 38,57% com relação a RAP de R\$ 19.946.015,82. O Lote 9, que tem extensão de 505 km no Mato Grosso e Pará, para suprir as regiões de Cláudia e Novo Progresso e valor de referência de R\$ 130.666.279,71, foi arrematado pela Sterlite Brazil

Participações por R\$ 87,6 milhões com deságio de 32,96%. O vencedor do Lote 10, com extensão de 159 km, em Santa Catarina, para atendimento elétrico à Região Oeste do estado de Santa Catarina e região Sudeste, bem como garantir o controle de tensão no Sistema de São Paulo, foi a Taesa com o valor de R\$ 18,7 milhões, o que gerou um deságio de 47,96 % sobre o valor de referência que era de R\$ 36.104.540,82. O Lote 11, com extensão de 291 km no Mato Grosso do Sul, com potência de 300 MVA foi arrematado por R\$ 38,2 milhões pela Neoenergia S.A.. Com relação ao valor de referência de R\$ 70.406.099,76, o deságio foi de 45,74%. O Lote 12, com extensão de 13 km e atendimento à região metropolitana de Manaus, no Amazonas, e valor de referência de R\$ 32.306.394,47, foi vencido para Energisa Transmissão de Energia, pelo valor de R\$ 17,6 milhões, com deságio de 45,26%. O Lote 13, que fica no Acre foi vencido por R\$ 22,4 milhões. Nesse caso, no qual a finalidade é o controle de tensão no sistema elétrico do estado do Acre, o valor de referência era de R\$ 32.500.233,13 e o deságio foi de 31%, oferecido pelo Consórcio Norte. Edição: Lillian Beraldo COMENTE ABAIXO:



Marcello Camargo/Arquivo/Agência Brasil Pesquisa mostra impacto da pandemia no bolso dos brasileiros